



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gub. Des. Romero de Oliveira Andrade



Habeas Corpus nº: 0201.951-0
Comarca: São Lourenço da Mata (1ª Vara Criminal)
Impetrante: Bel. Roberto José de Lima Júnior
Paciente: Edinalda Teixeira do Nascimento
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procuradora de Justiça Criminal: Dra. Patrícia Carneiro Tavares
(Convocada)

097

EMENTA: PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS
CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO LIMINAR.
INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIMINAR. Acusada
denunciada por infração aos arts. 33 e 35 da Lei n.º
11343/06. Alegação de ausência de fundamentação
da decisão que decretou a prisão preventiva,
especialmente por tratar-se de ré primária, com bons
antecedentes e endereço fixo. Inexistência. Preventiva
devidamente fundamentada e com todos os requisitos
legais exigidos e necessária para a garantia da ordem
pública. Ademais, a existência de predicativos pessoais
não garante a concessão da ordem. Inteligência da
Súmula nº 86 do TJPE. **ORDEM DENEGADA.**
DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 201951-0 da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Lourenço da Mata, em que figuram, como impetrante, o Bel. Roberto José de Lima Júnior e, como paciente, **EDINALDA TEIXEIRA DO NASCIMENTO**, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em **DENEGAR** a presente ordem de *Habeas Corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 01 de fevereiro de 2010.

Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

098

Habeas Corpus nº: 0201.951-0
Comarca: São Lourenço da Mata (1ª Vara Criminal)
Impetrante: Bel. Roberto José de Lima Júnior
Paciente: Edinalda Teixeira do Nascimento
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procuradora de Justiça Criminal: Dra. Patrícia Carneiro Tavares
(Convocada)

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo Bel. Roberto José de Lima Júnior, OAB-PE 23.682-D, em favor de **EDINALDA TEIXEIRA DO NASCIMENTO**, devidamente qualificada nos autos, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de São Lourenço da Mata-PE.

Consta dos autos que, no dia 17 de agosto de 2009, por volta das 18:00 horas, a paciente foi presa em flagrante delito com, aproximadamente, 08 (oito) papalotes de maconha e a quantia de R\$ 80,00 (oitenta) reais.

No dia 02/09/2009, a paciente foi denunciada, com mais dois comparsas, por suposta infração aos arts. 33 e 35 da Lei nº 11343/06.

Na inicial, o impetrante alega que a manutenção da segregação cautelar da ré é ilegal, diante da sua primariedade, de seus bons antecedentes, domicílio certo e profissão definida (fls.02/07).

Além disso, a liberdade provisória seria, segundo a defesa, um direito subjetivo da acusada, e não uma faculdade do juiz, especialmente diante do caso em que a segregação cautelar foi determinada em argumentos vagos e imprecisos, o que configura, em decorrência, evidente ilegalidade.

Sendo assim, requer, ao final, o deferimento do presente pedido via liminar, com o consequente relaxamento de prisão e a expedição do competente Alvará de Soltura, em favor da paciente, que se compromete a comparecer a todos os atos do processo.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



099

A inicial veio acompanhada de documentos (fls.09/17).

O pedido de liminar constante da peça inaugural foi indeferido (fls. 24/25).

Informações foram solicitadas à autoridade coatora, através do ofício nº 463/2009, de 10 de novembro de 2009 (fls.26).

Em 03 de dezembro de 2009, o Juiz de Direito do mutirão carcerário prestou as informações solicitadas, informando o indeferimento do pedido de liberdade provisória da paciente e o andamento processual até a referida data (fls.34/34-v).

No dia 06 de janeiro de 2010, a autoridade impetrada prestou novas informações e informou a data de realização da audiência de instrução e julgamento, no caso, 27 de janeiro de 2010 (fls.35/36).

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria em Matéria Criminal, na pessoa da Procuradora de Justiça Dra. Patrícia Carneiro Tavares, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls.40/41).

É o relatório.

Recife, 02 de *dezembro* de 2010

Romero de Oliveira Andrade
Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



100

Habeas Corpus nº: 0201.951-0
Comarca: São Lourenço da Mata (1ª Vara Criminal)
Impetrante: Bel. Roberto José de Lima Júnior
Paciente: Edinalda Teixeira do Nascimento
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Romero de Oliveira Andrade
Procuradora de Justiça Criminal: Dra. Patrícia Carneiro Tavares
(Convocada)

VOTO DO RELATOR

Senhor Presidente,
Senhores Desembargadores,
Senhor(a) Procurador(a),

Como já consignado no relatório, o impetrante alega que a manutenção da segregação cautelar da paciente é ilegal, diante da sua primariedade, de seus bons antecedentes, domicílio certo e profissão definida (fls.02/07).

Além disso, a liberdade provisória é um direito subjetivo da acusada, e não uma faculdade do juiz, especialmente diante do caso em que a segregação cautelar foi determinada em argumentos vagos e imprecisos, o que configura, em decorrência, evidente ilegalidade.

Todavia, compulsado os autos, verifico que o inconformismo do impetrante não merece acolhimento.

A prisão preventiva é uma medida acautelatória que visa resguardar o processo e sua execução, não se baseando em um juízo de culpabilidade, porém no juízo de periculosidade do agente. No momento de sua decretação, avalia-se se os requisitos para adoção da medida estão presentes e não o mérito da imputação.

No caso em apreço, além da vedação legal contida no art. 44 da Lei 11.343/2006, verifica-se que o decreto preventivo encontra-se



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



101

devidamente fundamentado e com todos os requisitos legais exigidos, constituindo-se a segregação cautelar da paciente uma medida necessária para garantir a ordem pública (fls. 12).

Neste sentido, destaco o seguinte julgado:

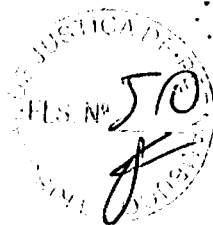
HABEAS CORPUS. CRIME DE ENTORPECENTES (ARTIGO 33- CAPUT, DA LEI Nº 11.343/06). PRISÃO EM FLAGRANTE
A paciente foi presa em flagrante pela prática, em tese, do
delito do artigo 33, da Lei nº 11.343/06, obtendo o auto
respectivo a homologação judicial (fl. 47 do apenso), sendo que
o flagrante prende por si. O delito de tráfico imputado à
paciente é equiparado a hediondo pela legislação, exigindo
maior rigor em sua apuração e repressão, sendo que o artigo
44, da Lei nº 11.343/06 veda a concessão da liberdade
provisória aos seus autores, sendo que a Lei nº 11.464/07 não
o revogou, pelo princípio da especialidade. PRISÃO
PREVENTIVA. PRESSUPOSTOS DA SEGREGAÇÃO
CAUTELAR QUE RESTARAM PREENCHIDOS. A mesma
decisão que homologou o auto de prisão em flagrante,
decretou-lhe a preventiva, a qual, apesar de sucinta, não pode
ser considerada como despida de fundamentação, porquanto
calcada em circunstâncias concretas do caso, autorizadoras da
medida extrema, ausente qualquer coação ilegal a ser sanada,
não existindo motivos suficientes para a sua revogação no
presente momento processual (...). Primariedade, bons
antecedentes, residência fixa e ocupação lícita não constituem
obstáculo à manutenção da custódia prévia, nem atenta esta
contra o princípio constitucional da presunção de inocência. (...)
AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM
DENEGADA. (Habeas Corpus Nº 70033290016, Segunda
Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José
Antônio Cidade Pitrez, Julgado em 10/12/2009).

Registre-se, por fim, que os predicados pessoais favoráveis da pacientes, por si sós, não constituem elementos que autorizem a concessão de sua liberdade. Neste ponto, destaco a Súmula nº 86 do TJPE:

"As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva".



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



102

Ademais, o processo encontra-se com seu trâmite normal, estando o Juízo *a quo* envidando esforços na conclusão de instrução criminal, tanto que já houve a realização de uma parte da audiência no dia 27/01/2010, remarcando a continuação para o dia 05/03/2010.

ISTO POSTO, acolhendo o parecer oferecido pelo Órgão Ministerial *ad quem*, voto pela DENEGAÇÃO da ordem.

É como voto.

Recife, 02 de fevereiro de 2010

DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
Relator